



## Defesa de Dilma deve contestar até amanhã libelo da acusação

Senado recebeu ontem o documento que resume as denúncias contra a presidente afastada e pede que ela perca definitivamente o mandato

Marcos Oliveira/Agência Senado



O advogado João Berchmans (D) entrega a Celso Dias dos Santos, da Secretaria-Geral da Mesa, a peça acusatória final contra Dilma Rousseff, com nove páginas

O documento com a exposição do fato considerado criminoso e o reforço do pedido de punição da presidente afastada Dilma Rousseff, chamado libelo acusatório, foi entregue ontem ao Senado pelos advogados responsáveis pela denúncia que motivou o processo de impeachment. A peça processual, com nove páginas, pede que Dilma seja condenada à perda definitiva do mandato e à inabilitação para exercer cargos públicos por oito anos. Dilma já foi intimada por meio de seu advogado, José Eduardo Cardozo. A defesa tem até amanhã à tarde para apresentar o contraditório. **3**

**Avança texto que recria Ministério da Cultura **3****

**MP sobre nova estrutura ministerial vai para a Câmara **3****

**Comissão aprova reajuste salarial de procurador-geral **4****

**Prazo para adesão a cadastro rural deve ser ampliado **4****

### Indicados para ONU e embaixada em Portugal passam em sabatina

As indicações dos diplomatas Mauro Vieira, para chefiar a representação do Brasil na ONU, e Luiz Alberto Figueiredo, para a embaixada em Portugal, foram aprovadas

ontem pela Comissão de Relações Exteriores e agora vão a Plenário. Indicados por Michel Temer, os dois já foram ministros das Relações Exteriores de Dilma Rousseff. **2**



Mauro Vieira e Figueiredo em sabatina conduzida por Aloysio Nunes Ferreira (C)



Presidente da CCIJ, José Maranhão, com Antonio Anastasia e Ricardo Ferraço

### Marco legal de combate ao tráfico de pessoas vai a Plenário

A Comissão de Constituição e Justiça aprovou ontem substitutivo a projeto que institui o marco legal de combate ao tráfico de pessoas.

O relator, Ricardo Ferraço, acolheu sugestões feitas na Câmara, como a facilitação do acesso da polícia a dados relativos à investigação. **4**

## Congresso deve analisar LDO e seis vetos no dia 23

O Congresso deve voltar a se reunir no dia 23, para que não haja atraso no calendário orçamentário deste ano, anunciou a líder do governo no Congresso, senadora Rose de Freitas. A pauta da próxima sessão tem seis vetos, um projeto de resolução e seis projetos de lei, com destaque para o da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). O governo tem até o dia 31 para entregar o projeto de Lei Orçamentária de 2017. A proposta de LDO estipula que os gastos primários da União no próximo ano não devem ultrapassar os de 2016. **2**



Sessão do Congresso de ontem foi encerrada sem votações por falta de quorum: Orçamento está na próxima pauta

### Desvinculação de Receitas da União dá mais um passo

A proposta que permite ao governo realocar 30% da arrecadação com taxas e contribuições passou ontem pela segunda sessão de discussão. Ainda serão necessárias outras três sessões antes da votação em primeiro turno e mais três até a votação final. A desvinculação não pode prejudicar o financiamento da educação básica pública nem o Regime Geral de Previdência Social. **3**

Gerardo Magalhães/Agência Senado



Aloysio Nunes (C) conduz reunião da Comissão de Relações Exteriores, que ouviu os embaixadores Vieira e Figueiredo

## Comissão aprova indicados para a ONU e Portugal

Os diplomatas Mauro Vieira, para chefiar a representação brasileira na Organização das Nações Unidas, e Luiz Alberto Figueiredo, para ser embaixador em Portugal, foram sabatinados ontem

A COMISSÃO DE Relações Exteriores (CRE) aprovou ontem, por unanimidade, duas indicações do presidente interino Michel Temer, designando ex-chanceleres da presidente afastada Dilma Rousseff. São os diplomatas Mauro Vieira para chefiar a representação diplomática brasileira na Organização das Nações Unidas (ONU) e Luiz Alberto Figueiredo para a embaixada em Portugal.

Na sabatina de Vieira, o assunto principal foi a ambição histórica do Brasil em fazer parte do Conselho de Segurança da ONU de forma permanente. Para ele, as discussões “extremamente complexas” sobre a reforma do conselho podem ser aprofundadas durante a Assembleia Geral da ONU deste ano.

— É claro que a curto prazo não haverá essa reforma

mas, quando houver, não tenho dúvidas que o Brasil virará membro permanente — afirmou Vieira.

Ele lembrou que muitos países apoiam oficialmente o pleito brasileiro, dentro de uma proposta de reforma acertada com Alemanha, Japão e Índia (grupo conhecido como G4). A maior dificuldade para obter a reforma do conselho no curto prazo, segundo ele, é a posição “confortável” dos atuais membros permanentes (Estados Unidos, Rússia, China, Reino Unido e França), interessados em manter o “monopólio” que cada um possui de vetar qualquer resolução da qual discordem.

A proposta do G4 estabelece que os novos membros permanentes do conselho só passariam a ter poder de veto 15 anos após serem efetivados. Atualmente, além dos 5 membros permanentes, o grupo é formado por outros 10 membros rotativos, que possuem mandatos de 2 anos. Ele disse que há “consciência internacional” de que o conselho precisa ser reformulado, por ainda refletir o cenário estabelecido quando da criação da ONU (1945), no pós-guerra e no contexto da guerra fria (o conflito ideológico entre EUA e a extinta União Soviética), quando eram 51 países-membros. Hoje são 193 países.

Vieira destacou que continuará priorizando a atuação brasileira nas operações de paz do organismo, caso a indicação seja confirmada no Plenário

do Senado. O Brasil participa de 9 das 16 operações de paz existentes, exercendo um papel protagonista no Haiti e no Líbano.

### Portugal

Na sabatina, Figueiredo informou que 85 mil brasileiros moram em Portugal. Os senadores da CRE solicitaram ao diplomata que dê “maior efetividade” ao fórum empresarial da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. O indicado lembrou que o Brasil assumirá a presidência rotativa desse órgão em novembro, estando portanto sob a responsabilidade do país reforçar ainda mais as ligações econômicas com essas nações.

Na avaliação dele, Portugal é a “grande ponta de lança” para que empresas brasileiras possam entrar no gigantesco mercado europeu. Figueiredo ressaltou que 75% do comércio português é realizado com seu entorno.

As empresas portuguesas investiram no Brasil, segundo ele, cerca de US\$ 3,5 bilhões, enquanto o investimento brasileiro em Portugal gira em torno de US\$ 3 bilhões. Na balança comercial há pequeno superávit, com exportações brasileiras de US\$ 822 milhões e importações de US\$ 810 milhões.

Figueiredo salientou que Portugal fez um ajuste fiscal “duríssimo”. Foi um dos países mais atingidos pela crise de 2008, com 17,5% de desemprego, mas a economia está em franca recuperação.

## Sessão do Congresso Nacional deve ser convocada para o dia 23

A próxima sessão do Congresso Nacional deve ser convocada para o dia 23, às 11h. A decisão foi anunciada pela líder do governo no Congresso, senadora Rose de Freitas (PMDB-ES). A sessão convocada para ontem chegou a ser aberta, mas foi encerrada por falta de quorum.

Rose lembrou que, com a sessão do Congresso ocorrendo dia 23, não haverá atraso no calendário orçamentário deste ano, já que o governo tem até o dia 31 para entregar o Projeto de Lei Orçamentária de 2017.

A senadora negou que o impeachment tenha paralisado a agenda do governo no Senado ou na Câmara.

— Não tem nada parado, muito pelo contrário. É melhor tentar o caminho do acordo do que depois ficar procrastinando.

A pauta do Congresso tem seis vetos presidenciais, um projeto de resolução e seis projetos de lei, com destaque para a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). O projeto estipula que os gastos primários da União no próximo ano não devem ultrapassar os de 2016 (incluindo os restos a pagar), corrigidos pela inflação oficial.

Segundo o projeto, o Executivo fica proibido de incluir na previsão de receitas da Lei Orçamentária Anual (LOA) a arrecadação de tributos cuja criação ainda não tenha sido

aprovada pelo Congresso. A LDO também autoriza o governo federal a fechar o ano com um déficit de R\$ 139 bilhões e prevê um crescimento de 1,2% no PIB.

Também está na pauta do Congresso o veto à reserva de 10% da verba da União para a construção de imóveis do Minha Casa, Minha Vida em cidades com menos de 50 mil habitantes. A razão do veto é que o mecanismo não prioriza o atendimento do programa nos municípios com maior déficit habitacional.

### Mosquitos

Também deve ser analisado o veto que atinge parcialmente a medida provisória de combate ao *Aedes aegypti* (MP 712/2016). Os artigos vetados concedem incentivos tributários em várias situações, como a produção de repelentes, inseticidas, telas e mosquiteiros.

Na reunião do Congresso, também poderão ser votados o PLN 3/2016, que destina recursos para as eleições municipais deste ano, e os PLNs 10/2016 e 11/2016, que remanejam a programação das emendas parlamentares impositivas com impedimento e projetos que criam créditos suplementares.

O projeto que altera o prazo de apresentação de emendas às MPs (PRN 3/2013) também poderá ser votado pelos senadores e deputados federais.

### Portugal

- » Área: 92.090 km<sup>2</sup>
- » Capital: Lisboa
- » População: 10,42 milhões
- » PIB per capita: US\$ 19.684
- » Exportações brasileiras: US\$ 822 milhões
- » Importações brasileiras: US\$ 810 milhões



Fonte: CIA World Factbook e investportbrasil.gov.br

### AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



#### CRA Fundo de Terras

8h A comissão faz audiência sobre o Fundo de Terras e da Reforma Agrária.

#### CCJ Maioridade penal

9h Audiência pública para debater a redução da maioridade penal.

#### CRE EUA e União Europeia

10h Sabatina de dois embaixadores.

#### PRESIDÊNCIA Sessão extraordinária

11h Renan Calheiros preside a sessão deliberativa extraordinária.

#### PLENÁRIO Receitas desvinculadas

11h Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC 31/2016, que desvincula parte das receitas da União, dos estados e dos municípios.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

### MESA DO SENADO FEDERAL

- Presidente:** Renan Calheiros
- Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana
- Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá
- Primeiro-secretário:** Vicentinho Alves
- Segundo-secretário:** Zeze Perrella
- Terceiro-secretário:** Gladson Cameli
- Quarta-secretária:** Ângela Portela
- Suplentes de secretário:** Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

- Diretora:** Virgínia Malheiros Galvez
- Diretora-adjunta:** Edna de Souza Carvalho
- Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

- Diretor:** Ricardo Iccassatti Hermano
- Diretor-adjunto:** Flávio Faria
- Serviço de Arte:** Bruno Bazílio
- Coordenação de Cobertura:** Rodrigo Chia
- Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção
- Serviço de Fotografia:** Leonardo Alves Sá
- Coordenação de Edição:** Silvío Burtle
- Serviço de Portal de Notícias:** Mikhail Lopes
- Site:** [www.senado.leg.br/noticias](http://www.senado.leg.br/noticias)

## Jornal do Senado

**Editor-chefe:** Marcio Maturana

**Edição e revisão:** Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

**Diagramação:** Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Documento que resume as denúncias contra a presidente afastada e pede que ela perca o mandato foi entregue ontem. Defesa tem até amanhã para apresentar contestação

# Senado recebe libelo da acusação contra Dilma

O SENADO RECEBEU no início da tarde de ontem o libelo acusatório dos advogados responsáveis pela denúncia que motivou o processo de impeachment contra Dilma Rousseff. O documento é uma espécie de resumo que contém a exposição do que é considerado fato criminoso e o reforço do pedido de punição da presidente afastada.

A peça processual com nove páginas foi entregue pouco depois das 13h pelo advogado João Berchmans e recebida pela Secretaria-Geral da Mesa. Dilma já foi intimada por meio de seu advogado, José Eduardo Cardozo. A defesa tem até o início da tarde de amanhã para apresentar seu contraditório.

No libelo, a acusação pede que Dilma seja levada a julgamento no Plenário do Senado e condenada à perda definitiva do mandato e à inabilitação para exercer cargos públicos por oito anos, conforme o artigo 52 da Constituição.

A entrega do libelo era o próximo passo do processo após a aprovação pelo Plenário do



Celso dos Santos, da Secretaria-Geral da Mesa, recebe documento do advogado João Berchmans, da equipe de acusação

Senado, ontem, do relatório da Comissão Especial do Impeachment, que pede que a presidente afastada seja julgada por crime de responsabilidade.

A acusação optou por apresentar apenas três das seis testemunhas a que tem direito. Elas vão depor em Plenário em data ainda a ser definida.

Foram arrolados Júlio Marcelo de Oliveira, procurador do Ministério Público no Tribunal de Contas da União (TCU); o secretário de Macroavaliação Governamental do TCU, Leonardo Albernaz; e o auditor fiscal Antonio Carlos Costa, também do TCU. Todos já depuseram na comissão especial.

— Seria desnecessário chamar mais gente. As provas já foram demonstradas e são contundentes. Não queremos procrastinar — explicou Berchmans, da equipe de acusação.

Para o advogado, no estágio atual do processo, Dilma está “como um peixe que se debate fora d’água para sobreviver”:

— Apesar do alarde da defesa, o processo está blindado. Já foi questionado até no Supremo, mas sem sucesso — disse.

Dilma é acusada de ter cometido crime de responsabilidade por ter assinado decretos de abertura de créditos suplementares sem aval do Congresso. A acusação também reforçou no libelo que Dilma atrasou o repasse de dinheiro ao Banco do Brasil para pagamento do Plano Safra. Com o atraso, o banco pagou os agricultores com recursos próprios, prática conhecida como pedalada fiscal, que configuraria empréstimo do governo com um banco estatal, ato proibido por lei.

## Processo

O libelo é assinado pelos juristas Miguel Reale Júnior, Hélio Bicudo e Janaina Paschoal. Os três são autores da denúncia protocolada na Câmara dos Deputados em setembro de 2015 e aceita em dezembro pelo ex-presidente da Casa, Eduardo Cunha (PMDB-RJ). A partir de então, foi iniciado o processo de impeachment.

## Comissão mista aprova, com alterações, texto que recria Ministério da Cultura

A comissão mista que analisa a Medida Provisória 728/2016 aprovou ontem o relatório da deputada Mara Gabrielli (PSDB-SP). A medida resgata o Ministério da Cultura e cria as Secretarias Especiais dos Direitos da Pessoa com Deficiência e dos Direitos da Pessoa Idosa.

O relatório aprovado altera o texto original da medida. Entre as mudanças, excluiu a criação da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Houve o entendimento de que o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) já cumpre esse papel. A MP, que por ter sido modificada passa a tramitar como projeto de lei de conversão, segue para a análise da Câmara dos Deputados, devendo ser votada depois do Senado.

Para a deputada, a extinção do Mi-

nistério da Cultura por meio da MP 726/2016 foi um equívoco, pois educação e cultura “são duas relevantes áreas de ação do poder público e devem ser geridas por pastas próprias”. Mara afirmou que, desde que a cultura ganhou um ministério, houve a expansão das atividades artísticas e culturais no país e no exterior.

A deputada, que é cadeirante, manifestou entusiasmo com a recriação da Secretaria Especial dos Direitos da Pessoa com Deficiência, vinculada ao Ministério da Justiça e Cidadania. Ela considera que ainda há muito a alcançar para assegurar a plenitude dos direitos das pessoas com deficiência.

“A eventual extinção da secretaria caracterizaria retrocesso e violaria convenção da ONU”, afirma Mara no relatório.

## Avança medida provisória que promoveu reforma administrativa no governo Temer

A Medida Provisória (MP) 726/2016, que promoveu uma reforma administrativa no início do governo interino de Michel Temer, foi aprovada ontem pela comissão mista que a analisa.

O relatório, do deputado Leonardo Quintão (PMDB-MG), considera positiva a redução do número de ministérios e a recombinação de competências. Segundo ele, a medida garante mais eficiência à administração pública. A MP ainda será votada pelos Plenários da Câmara e do Senado.

Editada pelo presidente interino em 12 de maio, a MP extinguiu nove ministérios ou órgãos com status equivalente: Cultura; Comunicações; Desenvolvimento Agrário; Mulheres, Igualdade Racial, Juventude e Direitos Humanos; Portos; Aviação Civil; Comunicação Social; Casa Militar; e

Controladoria-Geral da União (CGU).

As atribuições dos ministérios extintos foram redistribuídas a outros órgãos já existentes e a duas novas pastas (Transparência, Fiscalização e Controle e Gabinete de Segurança Institucional da Presidência). Como consequência, a MP promoveu criação e transformação de cargos.

Relator-revisor, o senador Romero Jucá (PMDB-RR) defendeu a reforma administrativa de Temer. Inclusive no caso da CGU, que foi transformada no Ministério da Transparência.

O deputado Carlos Zarattini (PT-SP) criticou a MP. Ele disse que a medida prejudica diversos setores da administração pública, entre eles o de direitos humanos e o de defesa da mulher.

A comissão mista foi presidida pelo senador Acir Gurgacz (PDT-RO).

## PEC sobre desvinculação de receitas é discutida mais uma vez

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 31/2016, que prorroga até 2023 a Desvinculação de Receitas da União (DRU), passou ontem, no Plenário do Senado, pela segunda sessão de discussão em primeiro turno. Foi uma sessão rápida, para acelerar a tramitação do texto, que permite ao governo realocar livremente 30% das receitas obtidas com taxas, contribuições sociais e de intervenção sobre o domínio econômico (Cide), que hoje são destinadas, por determinação constitucional

ou legal, a órgãos, fundos e despesas específicos.

São necessárias cinco sessões de discussão antes que a proposta possa ser votada em primeiro turno. Antes da votação final, haverá mais um turno de discussão, de três sessões.

Em cada turno, a PEC precisará do apoio da maioria absoluta dos senadores, ou seja, três quintos dos 81 integrantes da Casa. Passando com sucesso pelo rito, a proposta será então promulgada em sessão do Congresso.

A PEC foi aprovada em junho pela Câmara na forma de um substitutivo. O texto impede a desvinculação das receitas obtidas com a contribuição que financia programas da educação básica pública. Pela redação adotada, a desvinculação das contribuições sociais não poderá prejudicar o Regime Geral de Previdência Social, que paga os benefícios previdenciários.

O principal objetivo da DRU é liberar recursos que estariam comprometidos com despesas específicas, para ajudar o

governo a cumprir a meta de resultado primário. A meta deste ano é de déficit de R\$ 170,5 bilhões.

Pela primeira vez, o mecanismo de desvinculação será estendido aos estados, Distrito Federal e municípios, que assim terão melhores condições para fechar suas contas. Nesse caso, a desvinculação abrangerá a receita de todos os impostos, taxas e multas estaduais e municipais.

A DRU foi criada em 1994, como Fundo Social de Emergência, e vigorou até 31 de

dezembro de 2015. Em 8 de julho do ano passado, o Executivo propôs a prorrogação por meio da PEC 87/2015, anexada à PEC 4/2015, do deputado André Figueiredo (PDT-CE). A primeira versão do relatório sobre a proposta, na Câmara, previa que a DRU vigoraria até o final de 2019, prazo previsto originalmente na PEC elaborada pelo Executivo, ainda sob a gestão de Dilma Rousseff. O texto aprovado ampliou a validade da DRU até 2023, com retroação dos efeitos a partir de 1º de janeiro de 2016.



Genaldino Magalhães/Agência Senado

CCJ aprovou ontem relatório de Ricardo Ferraço (em primeiro plano), que acolheu algumas alterações da Câmara

## Avança marco legal para combater tráfico de pessoas

Proposta simplifica o acesso da polícia ou do Ministério Público a dados de telefonia e internet para fins de investigação. Texto, com alterações da Câmara, foi aprovado ontem pela CCJ e vai ao Plenário

O BRASIL PODERÁ ter um marco regulatório para prevenção e repressão ao tráfico interno e internacional de pessoas e para medidas de atenção às vítimas. Com alterações, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado (PLS) 479/2012, que seguirá para o Plenário.

O relator, senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES), acolheu várias alterações dos deputados, como a aplicação subsidiária da Lei do Crime Organizado. Entre as inovações, está a possibilidade de se realizarem apreensões capazes de atingir o patrimônio ilícito ou lícito de quem praticar o crime para reparar o dano e custear o processo judicial.

Outras inovações aceitas por Ferraço disponibilizam ao Ministério Público e ao delegado recursos em investigação de

casos de tráfico de pessoas, sequestro, cárcere privado e redução a condição análoga à de escravo, entre outros crimes.

São recursos como requisição de dados de viagem a empresas de transporte, de números de ligações a concessionárias de telefonia, de registros de conexões na internet e de dados cadastrais de vítimas e suspeitos.

### Alterações

O relator, porém, suprimiu do substitutivo vários artigos que tomam emprestadas disposições de outras leis, como o Marco Civil da Internet. A guarda de registros de conexões e de acesso a aplicações na internet, por exemplo, já está disciplinada no marco civil, segundo Ferraço.

O relator rejeitou também alterações no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) por fugirem do propósi-

to do projeto original. Também recusou a inclusão do tráfico de pessoas no rol de crimes hediondos previsto na Lei 8.072/1990 por entender que a mudança não impediria a ocorrência do crime.

Em várias partes, Ferraço resgatou textos da proposta original, como a própria tipificação do tráfico de pessoas, sujeito a pena de quatro a oito anos, além de multa.

A legislação hoje limita-se a tipificar o tráfico de mulheres para fins de exploração sexual e o tráfico de crianças. Com a proposta, passa a abranger o tráfico para trabalhos forçados e para transplantes de órgãos.

O projeto é da CPI do Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas no Brasil, que atuou no Senado em 2011. A aprovação do texto representa adaptação da lei brasileira ao Protocolo de Palermo, do qual o Brasil é signatário.

## Comissão aprova aumento para procurador-geral da República

Foi aprovado ontem na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) um projeto que aumenta em 16,3% o salário do procurador-geral da República — que vai de R\$ 33.763 para R\$ 36.813 em junho de 2016 e para R\$ 39.293 em janeiro de 2017.

Manifestaram voto contrário ao PLC 28/2016 Ronaldo Caiado (DEM-GO), Ataídes Oliveira (PSDB-TO) e Ricardo Ferraço (PSDB-ES), que apresentou voto em separado.

O projeto será ainda votado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e pelo Plenário.

Originalmente, o valor de R\$ 39.293 valeria em janeiro de 2016, mas a Câmara aprovou um substitutivo do deputado Marcos Montes (PSD-MG) que parcelou o aumento.

### Justificativa

Na justificativa do procurador-geral, Rodrigo Janot, a proposta compensa as perdas sofridas em razão da inflação entre 2009 e 2015. O impacto estimado pelo Ministério Público da União é de R\$ 258,6 milhões, mas poderá ser menor, uma vez que o aumento, se aprovado, terá validade a partir de junho.

O relator, Valdir Raupp (PMDB-RO), apresentou voto favorável, destacando “as altíssimas responsabilidades intrínsecas ao exercício da função de chefe do MPU”. O aumento se justifica, segundo Raupp, por se tratar “de um dos cargos mais relevantes da República e que desempenha atribuições as mais decisivas na defesa do ordenamento jurídico, do regime democrá-

tico e dos interesses sociais e individuais indisponíveis”.

O ganho mensal fixado para o procurador-geral da República se equipara ao patamar estabelecido para ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), conforme projeto aprovado na semana passada pela CCJ, que resultará na definição do novo teto para o funcionalismo público.

### Críticas

Com a aprovação do relatório, foi rejeitado o voto em separado de Ferraço, contrário ao reajuste de salário. Para o senador, o texto não atende requisitos previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

— É importante lembrar que o valor do subsídio mensal do procurador-geral da República apresenta impactos não só na União, mas também sobre os estados, pela vinculação e pelo efeito cascata — advertiu.

Em apoio à posição defendida por Ferraço, Caiado disse acreditar que a população espera do Congresso não o aumento de salários de funcionários com estabilidade, mas o corte de gastos públicos e a redução da carga tributária.

Em defesa de seu relatório, Raupp afirmou que o projeto vem sendo discutido desde 2015.

— Acredito que esteja perfeitamente dentro das previsões orçamentárias de 2016 e 2017 — disse o senador.

Ao seguir o voto do relator, Benedito de Lira (PP-AL) lembrou que os aspectos observados por Ferraço poderão ser analisados durante a tramitação do projeto na CAE.

## Prorrogação do prazo para aderir a cadastro rural vai à Câmara

Foi aprovada ontem em comissão mista a medida provisória que prorroga até 5 maio de 2017 o prazo para a adesão de pequenos agricultores ao Cadastro Ambiental Rural e ao Programa de Regularização Ambiental. A MP 724/2016 agora vai para o Plenário da Câmara em regime de urgência.

A prorrogação vale para todos os proprietários e posseiros rurais do país. O texto original previa o benefício apenas para pequenos proprietários, mas o relator, deputado Josué Bengtson (PTB-PA), avaliou que a restrição não seria adequada.

“Pretendemos a produção sustentável no país como um todo, independentemente do tamanho da propriedade”, argumenta ele no relatório.

O Cadastro Ambiental Rural é um registro eletrônico obrigatório para todas as propriedades rurais do país, em que o produtor ou posseiro informa a situação ambiental da terra, como existência de área remanescente de vegetação nativa. O objetivo é criar uma base de dados para orientar as políticas ambientais.

O Programa de Regularização Ambiental é um conjunto de iniciativas a serem desenvolvidas por proprietários e posseiros rurais para preservação de suas terras. (Com a Agência Câmara)

## Correção cambial de títulos do agronegócio já pode ir a Plenário

A comissão mista responsável pela análise da MP 725/2016, que autoriza a emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA) e de Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCAs) com correção pela variação cambial, aprovou a medida provisória ontem.

O relator, senador Ronaldo Caiado (DEM-GO), incorporou ao texto uma série de emendas apresentadas por deputados e senadores, incluindo a que estende aos investidores residentes do país a possibilidade de aquisição de CRAs e CDCAs com cláusula de correção em moeda estrangeira. O texto original previa esse tipo de correção somente para investidores de fora do país.

Caiado, porém, restringiu essa ampliação aos “investidores qualificados”, de acordo com os critérios da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), tais como pessoas físicas e jurídicas com aplicações financeiras de pelo menos R\$ 1 milhão.

— Essa alternativa concilia o objetivo de maior captação de recursos para o setor rural sem prejuízo à moeda nacional — justificou.

O texto segue para votação nos Plenários da Câmara e do Senado. (Com a Agência Câmara)

## Relatório sobre programa de parcerias será votado no dia 22

A comissão mista encarregada de analisar a medida provisória que criou o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) deve votar o texto no dia 22, às 16h. Ontem foi concedida vista coletiva do relatório de Wilder Moraes (PP-GO).

A MP 727/2016 teve o prazo de vigência prorrogado até 8 de setembro. O deputado Julio Lopes (PP-RJ) é o presidente da comissão mista, que tem como vice-presidente o senador Armando Monteiro (PTB-PE).

O programa foi criado pelo governo interino de Michel Temer com o objetivo de tornar mais ágeis as concessões públicas, eliminando entraves burocráticos e excesso de interferências do Estado.

O PPI lista obras públicas de infraestrutura a serem executadas pelo setor privado. O programa, segundo o governo, garante segurança jurídica aos investidores, estabelece regras estáveis e fortalece o papel regulador do Estado e a autonomia das agências reguladoras para expandir a oferta de infraestrutura.

Wilder apresentou um substitutivo em que acolhe quatro emendas. Uma delas, de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), propõe restrições a privatizações no âmbito do PPI de estatais, como Petrobras, Banco do Brasil e Caixa.